

Portugal face às guerras internas de Castela em 1429: os antecedentes da paz

Em 1429, o reino de Castela analisa criteriosamente a questão das tréguas com Granada. O rei convocara Cortes e os Procuradores foram chegando gradualmente, para tratar das possíveis tréguas com o reino granadino, pois o sultão pedira pazes, aprazando-as para quatro ou cinco anos. Esta possibilidade não agradava a Castela, já que o Conselho considerava encontrar-se o reino bem preparado para a guerra com Granada e poder alcançar uma vitória. Para haver motivo para guerrear o reino mouro, foram exigidas condições muito rigorosas, excessivas mesmo, para a manutenção das pazes, inaceitáveis, portanto, e que, sabiam de antemão, não haver possibilidades de cumprimento. Estabelecia-se ainda que o período de tréguas, se tal fosse concertado, seria apenas de seis meses ou de um ano. A decisão do Conselho foi pela guerra com Granada, tendo os procuradores debatido com o “*adelantado*” Pero Manrique e com os doutores Periañez e Diego Rodriguez o que seria necessário para efectuar tal propósito, pois “*acordaron que la guerra era buena é santa é complidera al servicio de Dios y del Rey*”. Depois, os contadores maiores verificaram quanto seria necessário para as despesas, e concluíram que chegavam quinze moedas e pedido e meio, ou seja quarenta e cinco contos de maravedis, para além de trinta contos de maravedis que o rei podia reunir por dívidas.¹ Mas, tendo o rei castelhano conhecimento de que os reis de Aragão e de Navarra, bem como o infante D. Henrique de Trastâmara, “*se adereçauan para entrar poderosamente en Castilla*”² teve de rever as suas prioridades. Eram necessárias medidas defensivas imediatas!

Realmente, o infante D. Henrique encaminhou-se armado para Valladolid, onde chegou em finais de Abril de 1429, apesar dos avisos de Castela, dirigidos “*al rrey y rreyno de Aragón que non entrasen en sus rreynos*”³. Acontecia que os descendentes de Fernando de Aragão não desistiam da sua luta contra o rei de Castela. De facto, foram-se estabelecendo em pontos

¹ Fernan Perez de Guzman, “Crónica del Sereníssimo Príncipe Don Juan, segundo rey deste nombre en Castilla y en Leon”, pref. Lorenzo Galindez de Carvajal in *Cronicas de los Reyes de Castilla; desde don Alfonso el Sabio, hasta los Católicos don Fernando y doña Isabel*, Colección ordenada por Don Cayetano Rosell, tomo segundo, Madrid, Ediciones Atlas, 1953, tomo segundo, p. 450.

² Don Lope Barrierto, *Refundición de la Crónica del Halconero*, edición y estudio por Juan de Mata Carriazo, Madrid, Espasa-Calpe, 1946., p.70.

³ “*Cómo el Rey enbió por sus mensajeros a rrequerir al rrey y rreyno de Aragón que non entrasen en sus rreynos. Y junto con esto enbió sus capitanes a las fronteras de Aragón y Nauarra*”. Don Lope Barriento, *op. cit.*, p.7.

nevrálgicos, movimentando-se e aos seus aliados, de forma a colocarem-se em funções políticas e económicas estratégicas, indispensáveis para uma nova investida dos nobres contra o poder real de D. João II. D. Henrique regressou do encontro com o rei de Aragão, seu irmão, e foi para Ilhescas. Sandoval, conde de Castro, partidário de Aragão, pediu autorização a D. João de Castela para ir entregar o castelo de Urueña ao Infante D. Pedro, a pedido do rei de Navarra. O rei de Castela suspeitou de qualquer conluio e só lhe deu autorização para sair da corte por quinze dias, o que muito agastou o conde, que se sentia proscrito e afastado das decisões dos Grandes de Castela.

Para resolver o diferendo que se arrastava, D. João de Castela enviou como embaixadores ao rei de Navarra Frei Francisco de Sória, da ordem Franciscana, e D. Pedro Bocanegra, Deão de Cuenca, solicitando que não invadisse Castela. O monarca de Navarra respondeu que os seus assuntos pessoais e políticos estavam a ser muito prejudicados naquele reino, onde eram ignorados os seus direitos, pois possuía em Castela castelos e terras, que estavam a ser desbaratados. Acrescentava, no entanto, que não entraria no reino castelhano sem aviso prévio dirigido a seu primo. Mas as notícias que chegavam de Aragão indicavam que os reis de Aragão e de Navarra, bem como o infante D. Henrique, Mestre de Sant'Iago, irmãos da rainha de Portugal, D. Leonor se estavam preparando para uma guerra ofensiva, pois faziam referência a que as fortalezas de fronteira com Castela estavam em grandes reparações, a receberem gente de armas, e que o mesmo acontecia em Navarra. A desculpa oficial para estas movimentações era “*que esta gente apercebian para embiar al rey de Francia contra los Ingleses*”⁴.

Perante a luta iminente, como consequência da instabilidade interna, o rei de Castela reuniu o conselho e decidiu adiar a guerra com Granada e tomou uma série de medidas consideradas imprescindíveis para fazer frente à nova ameaça. Assim, determinou que se lançasse pregão pelo reino para que ninguém respondesse aos chamamentos de qualquer senhor natural, salvo dos que se encontravam na Corte, que transmitiriam as ordens reais. Tornou a enviar emissários ao rei de Navarra para que não entrasse no reino castelhano, e convocou o Infante D. Henrique e outros grandes para chegarem a um acordo sobre a situação, ordenando ao mesmo tempo que todos os homens de armas estivessem preparados para o chamamento geral. Por sua vez, o rei de Navarra procurava encobrir o que se preparava, e para adormecer as suspeitas informava o seu real primo de que não tinha intenções funestas, e que era natural que visitasse Castela, onde sempre tinha vivido, e onde possuía muitas vilas, fortalezas e terras herdadas, que reclamavam a sua presença. Perante tal situação, o monarca castelhano mandou chamar nominalmente os seus súbditos, para testar as lealdades, enviando por estafetas cerca de 5000 cartas

⁴ Fernan Perez de Guzman, *op. cit.*, tomo segundo, p. 452. Referência à Guerra dos Cem anos.

numa noite, mas a resposta de alguns foi muito lenta e desinteressada. Era o caso do Infante D. Henrique, do duque de Arjona, do conde de Niebla, de Iñigo Lopez de Mendoza, senhor de Hita e de Buytrago, de Peralvarez de Osório, señor de Villalobos e de Castro Verde, e de outros, que sopesavam ainda a sua posição na luta que se avizinhava.

Alertado por estes e outros sintomas inquietantes, o rei castelhano convocou os nobres e suas milícias para a guerra, embora “*el rey sospechaba que algunos destos se detenian, é aun otros de los que venidos esforzaban la venida de los Reyes de Aragon é de Navarra, é otros la esperaban é les placia com ella*”⁵. Para garantir a sua fidelidade mandou que todos fizessem juramento de preito e menagem⁶.

Todo o resto do ano de 1429 foi passado em campanhas, pois os reis de Aragão e de Navarra entraram, realmente, em território castelhano. Assim, este ano foi um tempo crucial para o desenrolar dos acontecimentos que iriam seguir-se.

O começo das hostilidades levou ao desassossego social e político, começaram as sublevações e o ambiente de guerra civil espalhou-se pelo território. Depois do rei ter recolhido em Palência a gente que ali chegou, resolveu voltar a Valhadolide, onde haviam rebentado distúrbios contra a sua autoridade em diferentes fortalezas. E tendo enviado cartas a Medina, Olmedo e Cuellar para que se lhe juntassem, não obteve qualquer resposta. Por isso, mandou Fernández Pérez de Yllescas, seu mestre sala, tomar Olmedo. Aquele cavaleiro prendeu Juan Rodríguez de la Quadra, cavaleiro de Olmedo, a quem o rei mandou enforcar a uma das portas da vila. Atemorizadas por esta atitude de força, logo se renderam Medina e Cuéllar.

D. João foi, portanto, obrigado a tomar atitudes firmes contra os nobres sublevados, enquanto se procedia às disposições mais necessárias, como foram as reparações urgentes das fortalezas de fronteira.⁷ Mais uma vez a rainha Leonor, sua sogra, interveio na contenda, ao servir de medianeira nas precárias tréguas estabelecidas entre o rei de Castela e os reis de Aragão e de Navarra, bem como com o infante D. Henrique, seus filhos. Logo que a rainha D. Leonor partiu, e não vendo motivos para tal concórdia, o rei de Castela foi para Peñafiel, aonde se encontravam o infante D. Pedro e o conde de Castro, rebelados contra a autoridade régia, e mandou apregoar ao som de trombetas a guerra contra os reis de Aragão e de Navarra. E logo em Cuéllar fez assentar arraiais e elaborar os processos em termos de Direito contra os súbditos e naturais que se haviam insurgido contra a sua autoridade⁸. As conversações que

⁵ Idem, *ibidem*, tomo segundo, p. 454.

⁶ Assim fizeram os que estavam na Corte em Palência a 30 de Maio de 1429.

⁷ Don Lope Barriente, *op. cit.*, p.72.

⁸ Passado o tempo prescrito, retirou o seu pendão para efectuar a última acção contra os rebeldes. Tocaram as trombetas, armou-se a gente, e dirigiram-se todos a um cabeço fronteiro a Sant Pablo, perto da vila. O relator Fernando Diaz de Toledo procedeu conforme a praxe, preparando a sentença de justiça que seria tornada pública no dia seguinte.

se seguiram conduziram a que ficasse acertada a entrega da vila e do castelo de Peñafiel ao rei, e que os que se encontravam na fortaleza e todos os seus partidários pudessesem partir com segurança.

Obtendo a certeza da entrada em Castela dos reis e do infante D. Henrique⁹ com as suas gentes, o rei enviou-lhes mensageiros¹⁰ manifestando o seu desagrado pelo procedimento contrário à sua vontade e aos tratados, e, constando-lhe que iam em retirada, acrescentava que esperassem por ele, pois pretendia obsequiá-los com “*viandas y las otras cosas que ovieren menester*”.¹¹ E remeteu ao seu encontro um corpo de tropas sob o comando de D. Álvaro de Luna, conforme testemunha a *Refundición de la Crónica del Halconero*: “*De lo que pasaron el condestable don Aluaro de Luna, y el almirante don Fadrique, y el adelantado Pero Manrique, y Pedro de Velasco, capitanes que el Rey avía enviado contra los rreyes de Aragón y de Navarra*”¹².

Os reis de Aragão e de Navarra ao entraram em Castela contavam com o auxílio do infante D. Henrique, seu irmão, e com o apoio claro de alguns Grandes do reino, os quais depois se escusaram ao socorro prometido. O exército do condestável estava pronto¹³ e só aguardava a chegada do rei de Castela. E, mais uma vez, a importância política das mulheres da realeza, mães, esposas, irmãs, ficou evidenciado, pois o confronto eminentemente foi evitado pela intervenção da rainha de Aragão e de D. Catarina de Castela, mulher de D. Henrique. No mês de Julho surgiu a intercessão de D. Maria de Aragão, irmã do rei de Castela, que apelou ao bom senso e aos laços familiares, pedindo que terminasse a mobilização geral, pois a guerra era prejudicial para todos. E tratou com os reis e com aqueles cavaleiros, conseguindo dos invasores a promessa que dentro de quatro dias abandonariam o reino e que durante esse tempo todos estivessem seguros.

Os reis de Aragão e de Navarra, bem como o infante D. Henrique, Mestre de Sant'Iago concordaram com estas tréguas por lhes faltar o auxílio prometido pelos nobres em que haviam colocado maior fé. Por outro lado, tinham conhecimento de que o rei castelhano avançava ao seu encontro com um grande exército que, segundo constava, seriam quatro mil homens de cavalo

⁹ O infante D. Henrique e a mulher, D. Catarina de Castela, em vez de irem ao encontro do rei, foram para Toledo e mandaram abastecer a cidade de armas, mas Pedro Lopes de Ayala e os regedores fecharam-lhes as portas, o que despertou a ira do infante. Este resolveu partir e foi juntar-se aos irmãos para participar nos preparativos guerreiros.

¹⁰ Don Lope Barriente, *Refundición de la Crónica del Halconero*, p.74.

¹¹ Idem, *ibidem*, p.74.

¹² Idem, *ibidem*, p.76.

¹³ Inicialmente dirigira-se para a área fronteiriça, mas fora evitado pelos reis atacantes. As tropas deslocaram-se para lhes fazer frente, e a 30 de Junho os dois exércitos já estavam em posições de combate. Estavam presentes no arraial o almirante, o “*adelantado*” Pero Manrique, e Pedro de Velasco com muitos cavaleiros, cerca de mil e quinhentos homens de armas.

e trinta mil de pé. Os invasores depois de terem obtido asseguranças pedidas, retiraram-se¹⁴.

Após tomar algumas medidas organizativas,¹⁵ D. João II de Castela decidiu entrar no reino de Aragão e houve muitos nobres que responderam ao chamado do rei,¹⁶ inclusive D. Fernando, filho do infante D. João de Portugal¹⁷. Contudo, alguns obedeceram com uma lentidão suspeita, conforme se depreende de várias passagens da mesma crónica¹⁸, especialmente quando trata de: “*Cómo el Rey continuó su camino, fasta que entró en el rreyno de Aragón. Y las cosas que allí pasaron*”¹⁹.

Após a atitude de força de D. João II de Castela ao prender grandes nobres seus opositores, e visto que não abdicava de entrar em Aragão surgiu, de novo, como último recurso para os antigos “Infantes” a mediação da rainha de Aragão, irmã de D. João II. O rei de Castela deslocara várias vezes o seu arraial, encontrando-se perto a rainha de Aragão, que procurava restabelecer a paz. Acompanhava-a o cardeal Fox. Igual intervenção houve da parte da rainha D. Leonor, mãe dos “Infantes de Aragão”. E muito embora Maria, casada com Afonso V de Aragão, quisesse proibir ao irmão a entrada nesse reino, nada conseguiu, voltando para Calatayud, onde se encontrava o rei seu marido, após o fracasso da sua tentativa. Depois de abastecido, o rei de Castela mandou dizer à irmã que ia entrar em Aragão e atacar aquele reino, tal como haviam praticado contra si e contra Castela, e que depois, conforme D. Afonso de Aragão se comportasse também ele o faria, o que a rainha lamentou e abandonou o “real” (arraial).

O rei recebera igualmente D. Leonor, sua sogra, mãe dos reis de Aragão, D. Afonso e de João de Navarra, e acompanhou-a até às portas de Medinaceli, mas sem se comprometer ou fazer quaisquer promessas. A rainha insistiu no dia seguinte, mas os resultados foram os mesmos. No terceiro dia, o

¹⁴ Os reis e Aragão e Navarra sustiveram as operações movidos pelos rogos da rainha, mas também por quererem partir em segurança. Mas pediram ao condestável, ao almirante e a Pedro de Velasco que os ajudassem junto do rei para que as suas terras não lhes fossem tomadas. Eles afirmaram que tal suplicariam ao rei, seu senhor. E assim se concluiu o trato, dando-lhes seguro por quatro dias. O infante D. Henrique separou-se dos reis seus irmãos no primeiro dia e veio para Uclés, onde deixara a infanta D. Catarina, sua mulher. Don Lope Barriente, *Refundición de la Crónica del Halconero*, p.77.

¹⁵ O Conselho de Justiça ficaria sediado em Sigüenza e nele deveriam participar o arcebispo de Toledo, D. Juan Contreras; o bispo de Zamora; o deão de Santiago, D. Alonso de Cartagena; e o Doutor Fernan Gonzalez de Ávila, para tratarem dos assuntos que subissem ao Conselho. E ordenou que nele participassem Fernando Diaz de Toledo, seu relator e referendário do conselho do rei, e o doutor Alonso García Cherino, juiz maior de Biscaia, procurador fiscal, do conselho do rei, e também vários escrivães da câmara.

¹⁶ A reunião dos exércitos é referida por Lope Barriente, *op. cit.*, p.79.

¹⁷ Fernan Perez de Guzman, “Crónica del Serenísimo Príncipe Don Juan, segundo rey deste nombre en Castilla y en Leon”, in *Cronicas de los Reyes de Castilla; desde don Alfonso el Sabio, hasta los Católicos don Fernando y doña Isabel*, tomo segundo, p. 462.

¹⁸ A lentidão em chegar e a ideia que D. Fradique instigara o rei de Aragão a entrar em Castela, provocou a prisão daquele: “*Y el Rey habló con los Caballeros principales que com el Duque venian, diciéndoles á todos y á cada uno por si que no se turbasen por la prisión hecha, que ellos no tenian cargo alguno de las cosas porque él había mandado prender al Duque*”. Fernan Perez de Guzman, *op. cit.*, p. 462.

¹⁹ Don Lope Barriente, *op. cit.*, p.79.

acampamento já fora levantado, sendo estabelecido cerca de Acose, e depois em Monrreal, já dentro das fronteiras aragonesas. Em devido tempo, o rei de Castela enviara uma mensagem convidando D. Afonso de Aragão a abandonar a causa dos seus irmãos, afirmando que o monarca podia tomar posse dos bens da família em território castelhano, mas sem obter qualquer resultado. Estava o “real” castelhano instalado na fronteira com Aragão, quando o Condestável D. Álvaro de Luna entrou para talar e queimar, conseguindo tomar Monreal e Cetina²⁰.

O rei de Castela entrara em Aragão acompanhado de muitos homens de armas: “*Serian esta gente que com el rey entró mas de diez mil hombres darmas, é ginetes é peones sesenta mil é mas, segun pareció por los alardes que se hicieron*”²¹, esperando encontrar forte resistência, o que não aconteceu²². Pela falta de comparação dos adversários no campo de batalha, o rei de Castela e o seu conselho deliberaram que era preferível que o monarca regressasse ao reino para controlar os acontecimentos e as revoltas que surgiram durante a sua ausência. Reposta a dignidade e legitimidade da sua posição, D. João II de Castela podia regressar e preparar a guerra para o ano seguinte.

Em Castela, o monarca perdera o controlo sobre algumas terras do seu reino e depois de regressar de Aragão soube que os Infante D. Henrique e D. Pedro estavam a atacar e roubar a Estremadura²³. O rei partiu para Peñafiel, onde os infantes haviam instalado o seu quartel general, e reunindo conselho decidiram dividir a fortuna em maravedis e terras pertencentes ao Infante D. Henrique, ao príncipe de Viana e às respectivas esposas, bem como o que fosse pertença de seus partidários, e entregar esse património ao príncipe D. Henrique, futuro Henrique IV de Castela.²⁴ Tratada a divisão do espólio, dirigiu-se a Peñafiel, e soube no caminho que o rei de Aragão havia entrado em Deça pela força.²⁵ A guerra civil instalara-se em Castela, com vários castelos levantados a favor dos infantes de Aragão, pelo que o monarca castelhano tinha que ir pessoalmente impor o seu domínio sobre os mesmos.

²⁰ Na crónica vem mencionada “*Cetiva*”. A 4 de Agosto de 1429 entraram com a ajuda de Pedro Niño. O castelo de Monreal entregou-se sem luta, por acordo. Poucos dias depois, o condestável D. Álvaro de Luna dirigiu-se à vila de Cetina com os seus homens e mandou pegar fogo, queimando toda a terra. Fernan Perez de Guzman, “Crónica del Serenísimo Príncipe Don Juan, segundo rey deste nombre en Castilla y en Leon”, in *Cronicas de los Reyes de Castilla; desde don Alfonso el Sabio, hasta los Católicos don Fernando y doña Isabel*, tomo segundo, p. 465.

²¹ Fernan Perez de Guzman, *op. cit.*, tomo segundo, p. 464.

²² Esperava-se que os opositores viesssem enfrentar as tropas, o que não fizeram. E logo o rei estabeleceu o seu arraial em Hariza e ali esteve três dias esperando os reis de Aragão e de Navarra, pois mandara desafiá-los para a batalha por *Castilla*, seu rei de armas, e *Trastâmara*, seu arauto, afirmado que ali estaria para uma resolução pelas armas. E concluindo que não viriam mais, voltou para Medinaceli, onde mandou fazer alarde da gente que levava. Don Lope Barriente, *op. cit.*, p.80.

²³ O conde de Benavente, D. Rodrigo Alonso Pimentel, tinha ficado no reino para fazer frente ao Infante D. Henrique, que depois da partida dos irmãos havia regressado para Ocaña. Mas as forças do conde eram mais pequenas que as do Infante, pois este tinha trezentas lanças e muitos peões e assim não lhe fez frente quando o Infante se mudou para Trujillo, de onde atacava. Argumentou o conde, perante as críticas, que as suas ordens eram para tomar os lugares do Infante e não para lhe fazer guerra.

²⁴ “*Cómo el Rey vino a Siguenza, y allí rrepartió todos los bienes de los reyes y de sus secações; y cómo sopo que el rey de Aragón avía tomado la villa de Deça*”. Don Lope Barriente, *op. cit.*, p.80.

²⁵ Levava preso Diego de Sarzedo e a mulher, que depois mandou soltar.

Em Peñafiel, o rei dificilmente convenceu o alcaide que detinha o castelo pelo rei de Navarra a entregá-lo, o que por fim aconteceu²⁶. Chegou a notícia de que D. Fadrique, Conde de Luna, filho do rei de Sicília, D. Martin, que tinha conseguido tomar a fortaleza de Vozmediano (Bozmediano), no reino de Aragão, estava levantado contra o mesmo rei, o que alegrou o rei de Castela, tomando-o como um bom prenúncio.

Ao mesmo tempo, chegavam-lhe as queixas de mercadores estrangeiros, a quem D. Pedro, Infante de Aragão, roubara mercadorias, não respeitando assegurâncias pessoais e dos tratados, pelo que o rei mandou enviados a inteirarem-se da situação. D. Pedro expressou a intenção de pagar os artigos transviados, afirmando ao mesmo tempo encontrar-se ao serviço do rei. Contudo, logo que possível, foi juntar-se a seu irmão D. Henrique. Logo depois, o rei teve conhecimento de que D. Pedro e D. Henrique tinham posto a saque e queimado Medina del Campo, tendo ido o Condestável D. Álvaro de Luna, em nome do rei, resolver pelas armas esta situação.

Os ataques às povoações por parte dos infantes aragoneses eram constantes, e só com muita dificuldade podiam ser rechaçados.²⁷ Por outro lado, o monarca teve notícia de que, após a conquista de Deça, o rei aragonês manda abastecer a fortaleza e reparar os muros da cidade e as torres e cercas do castelo, arroteando os matos em redor, de modo a criar uma zona liberta de vegetação que não permitisse ataques de surpresa. E o mesmo fizera com as povoações que conquistara perto de Sória. Tratava-se de povoados de relativa importância, como Siruela, Ciria e Borouia. Isto preocupou o monarca mas, de momento, outros assuntos pediam a sua atenção. E estando em Peñafiel enviou cartas a D. Juan Ramírez de Guzmán, comendador-mor de Calatrava, e ao “*adelantado*” de Caçorla, Alfonso Tenorio, por Mendoça, senhor de Almaçán, para que lhe entregassem o duque D. Fadrique, que tinham prisioneiro. Tudo se cumpriu desta forma e D. Fadrique foi trazido a Peñafiel e entregue a Johan Rodriguez Daça, bom cavaleiro, fidalgo da confiança do condestável D. Álvaro de Luna.

Castela, os infantes de Aragão e Portugal em 1429

Em 1429 reacendera-se a luta entre Castela e Aragão, luta essa que se veio a prolongar até meados do ano seguinte.

²⁶ Ao chegar a Peñafiel, a 31 de Agosto de 1429, dirigiram-se directamente ao castelo. O doutor Fernando Díaz de Toledo mandou que chamassem o alcaide Gonçalo Gómez de Çumel, pois o rei queria vê-lo. O alcaide chegou às ameias e o relator transmitiu-lhe que o rei estava ali para receber o castelo, que era seu, e assim mandou fazer uma, duas e três vezes. E tendo perguntado o alcaide se era assim na verdade, e retorquindo o monarca afirmativamente, o alcaide abriu as portas e entraram todos os cavaleiros com o rei. E o alcaide prestou preito e homenagem, afirmando que dentro de três dias desembarcaria o castelo, o que cumpriu.

²⁷ “*Cómo el Rey sopo que el rey de Aragón avía tomado otros logares en el reyno de Castilla Y cómo mandou llevar al duque de Arjona a Peñafiel: Y de otras cosas que en el reyno Pasaron*”. Don Lope Barrientos, *op. cit.*, p. 82.

D. João II não podendo enfrentar os antagonistas da forma que desejava, decidiu preparar tudo para a próxima campanha. Assim, entre Setembro e Novembro desse ano de 1429 o rei de Castela estava em Burgos a preparar o necessário para as operações militares que se avizinhavam. Reuniu o Conselho para avaliar as necessidades financeiras da guerra e acordou-se a quantia de 100 contos. Para tal foi lavrada moeda em várias terras, moeda branca, similar à cunhada por Henrique III, de que já havia pouca, pois a maioria havia sido fundida e exportada para Portugal²⁸.

Uma das medidas do monarca foi castigar os fronteiros que haviam permitido a entrada dos atacantes. D. Pedro de Velasco fora um dos que não se tinham apressado em assumir o seu lugar na companhia ofensiva e defensiva que se aproximava. Valeu-lhe o sogro, o “*adelantado*” Manrique, tomando o castelo de Asa, em Navarra, compensando desta forma a negligência do genro.

Deslocaram-se a Castela embaixadores dos reis de Aragão e Navarra, que foram acompanhados por Pero Carrilho de Huete, para argumentarem contra as apreensões dos bens dos familiares destes monarcas em Castela, mas as razões alegadas não demoveram D. João II. Estava o condestável a caminho da Estremadura quando soube que os denominados “Infantes de Aragão” tinham roubado gado, uma riqueza das mais cobiçadas, enviando-o seguidamente por Portugal, onde sempre encontravam bom acolhimento, devido ao casamento celebrado em 1428, do primogénito vivo do rei português D. João I, o infante D. Duarte, com a infanta aragonesa D. Leonor, filha de Fernando I, o primeiro membro da família Trastâmara a ocupar o trono de Aragão e que morrera em 1416. Em Aragão reinava naquela época Afonso V, cunhado do futuro rei português, que sucedera a seu pai Fernando I, e que era o segundo da dinastia Trastâmara a dirigir o destino do reino aragonês. Assim, quando a luta entre Castela e Aragão reacendeu, em 1429, D. João II de Castela entrou em contacto com monarca português, pedindo-lhe que não apoiasse os reis revoltosos, ao que este respondera que desconhecia que o gado que, afirmava-se, passara por Portugal, fora roubado, mas que iria tomar providências para que isso não voltasse a acontecer.

A política de alianças matrimoniais, tão corrente naquela época, conduziu a outros enlaces que projectavam Portugal na vida da Europa do tempo, de modo a engrandecer a sua importância como o intermediário mais favorável nas relações entre os dois reinos beligerantes da Península Ibérica, Castela e Aragão. Tal aconteceu também com o matrimónio celebrado em Bruges, a 10 de Janeiro desse ano de 1429, com festos e fausto extraordinários, entre a infanta portuguesa D. Isabel e Filipe o Bom, duque de Borgonha.

²⁸ Este objectivo guerreiro era dispendioso e, para ser realizado, necessitava que se reunisse prata, pelo que o Conselho alvitrou que se devia ir buscar a que pertencia às igrejas e mosteiros.

Um outro consórcio que reforçou os laços já existentes com as outras famílias da nobreza europeia foi o do infante D. Pedro com D. Isabel, filha do duque de Urgel, D. Fernando de Antequera, que fora um dos pretendentes ao trono do reino aragonês. Esta aproximação à Europa, colocava o reino, como referimos, em posição de constituir um medianeiro aceitável por ambos os países beligerantes. Contudo, tendo Aragão tomado a iniciativa da paz com Castela sem pedir a intervenção de Portugal, houve um certo afastamento nestas relações amigáveis, pelo que o rei de Aragão enviou a Portugal um embaixador, Mossem Garcia Asnares, para celebrar com o rei português D. João I ou com seus filhos os tratados que houvessem por convenientes.²⁹

Entretanto, a posição de Portugal e Castela ficava definida pelo tratado de paz perpétua assinado pelos dois estados a 30 de Outubro de 1431, em Medina del Campo, e ratificado por D. João I de Portugal em Almeirim, no ano seguinte.³⁰

Uma vez iniciada a guerra entre Castela e Aragão, encontrando-se os infantes aragoneses no castelo de Trujilho, tiveram conhecimento da aproximação do exército de D. Álvaro de Luna, pelo que decidiram abandonar Trujilho, onde se haviam fortificado, dirigindo-se para a fortaleza de Albuquerque, uma das maiores da raia e que, por estar muito perto da fronteira portuguesa permitia ser abastecida através de Portugal, servindo este reino de corredor para soldados e mantimentos. Ao abandonar Trujilho, o infante D. Henrique deixou um alcaide e um corregedor (bachiler) e quando D. Álvaro de Luna tentou convencê-los a entregarem a fortaleza, ambos recusaram, afirmando que pertencia à infanta D. Catarina de Castela. O condestável, sabendo que seria muito difícil tomá-la, usou de uma artimanha, que ficou famosa. Sabendo que a maior autoridade era o bacharel, insistiu até que este acedeu em encontrar-se com D. Álvaro de Luna para conversarem a um postigo, que logo acima tinha duas torres, numa encosta muito íngreme. O bacharel, suspeitando de uma cilada, mandou que as duas torres estivessem guarnecidadas com os seus soldados, só para verem se alguém se aproximava. Encontraram-se os dois e D. Álvaro de Luna, compreendendo que não conseguia demovê-lo, abraçou-o e caíram os dois a rebolar pela encosta, no termo da qual os esperava Juan da Sila com uma mula. E assim conseguiram raptar o bacharel, sem que do castelo pudesse fazer nada.

Atenuada a pressão da guerra, o rei de Castela dedicou a sua atenção a outros assuntos. Assim, organizou a Casa do seu filho, nomeando mestres e

²⁹ D. João I ainda era vivo. Morreu a 14 de Agosto de 1433, quando se completavam quarenta e oito anos sobre a vitória de Aljubarrota.

³⁰ Damião Peres, “A Geração Nova”, in *História de Portugal*, Ed. Portucalense, Porto, 1931, vol.III, p. 25.

professores, bem como administradores das finanças.³¹ E atribuiu a responsabilidade de aio do príncipe a “*Pero Hernandez de Cordova, hijo del Mariscal Diego Fernandez, que era mui cuerdo de quien el Rey mucho fiaba*”³².

O condestável continuou a fazer guerra aos infantes, mas estes, entrincheirados na poderosa fortaleza de Albuquerque, recusavam combater. Com o inverno, o cerco deste castelo era muito difícil, principalmente porque estava a ser abastecido por Portugal, o que originou novos protestos do rei de Castela.

Em Novembro desse ano de 1429, continuavam os problemas nas fronteiras, especialmente de Navarra, com ataques a fortalezas e povoações.³³ Acentuaram-se as medidas de segurança e administração internas por parte de D. João II, mas as dificuldades avolumaram-se com o “*desnaturar del Rey y del rreyo*” por parte de alguns cavaleiros que se encontravam em Albuquerque com o Infante D. Henrique.³⁴ Entretanto, o condestável “era ydo a Montánchez, a tratar com Pedro de Aguilar, que tenía la fortaleza, cómo la entregase al Rey. E después que el condestable ovo concluydo el trato. Enbiólo notificar al Rey, para que luego partiese de Torremocha y viniese a rreçibir el castillo”³⁵. Tratava-se de uma notícia bastante animadora, e o monarca seguiu imediatamente.³⁶

O rei partira para Albuquerque cada vez mais crente de que algumas fortalezas se lhe entregariam, se fosse pessoalmente recebê-las. Esta convicção encontra-se expressa numa carta, datada de 4 de Janeiro de 1430, enviada

³¹ Ordenou a Alvar García de Villaquiran que ensinassem o príncipe a cavalgar, e que estivesse sempre com ele e dormisse na sua câmara, encarregando-o também da administração dos seus gastos; que Gonzalo del Castillejo fosse mestre-sala, e frei Lope de Medina (Barrientos) fosse seu professor. Gernimo da Boémia ficaria para ensinar a escrita, e como donzéis estavam Juan e Pedro Delgadillo, filhos de uma ama do príncipe, bem como Gomez e Gonzalo de Ávila, filhos de Sancho Sanchez de Ávila, e ainda Alonso de Castillejo, irmão do mestre-sala Gonzalo de Castillejo, e Diego de Valera. Como guardas ficavam Juan Rodriguez Daza, Juan Ruiz Tapia, Gonzalo Perez de Rios, Pedro de Torquemada; Gil de Peñafiel seria aposentador. E também enviou quatro reposteiros de camas, entre outras coisas. Fernan Perez de Guzman, *op. cit.*, tomo segundo, p. 475.

³² Idem, *ibidem*, tomo segundo, p. 475.

³³ Foi o caso, por exemplo, da tentativa do fronteiro Pero de Velasco que procurou tomar a vila de S. Vicente, o que não conseguiu, porque os que estavam no castelo desceram para ajudar os da vila.

³⁴ “*Cómo el Rey partió de Medina para Cáceres. Y cómo cobró el castillo de Montánchez; y cómo ciertos caudeleros que estauan en Alburquerque con el ynfante don Enrique, se enbiaron desnaturar del Rey y del rreyo*”. Don Lope Barriente, *op. cit.*, p. 83.

³⁵ Tendo chegado a Válega de Alcântara e a Piedrabuena enviaram cartas para apressar a partida do rei. Este partiu de Medina do Campo e chegando a Alconeta, nas margens do Tejo, preparou-se para atravessar o rio. Nesta passagem, virando-se uma barca carregada de mulas, morreram vários cavaleiros. Don Lope Barriente, *Refundición de la Crónica del Halconero*, p. 84.

³⁶ Levava na sua comitiva o mestre de Alcântara, o bispo de Palência e outros cavaleiros, sendo o estandarte real arvorado por Pero Carrillo, falcoíero-mor. Saíram-lhe ao caminho o condestável e o conde de Benavente, e com eles Pero Niño e Juan da Silva, entre outros, dizendo que fosse ao castelo, pois Pedro de Aguillar queria entregar-lho. O rei foi e, perante o relator, retirou Pedro de Aguillar do preito e homenagem que tinha prestado pelo castelo, e que logo entregou as chaves ao rei. Este subiu à torre de menagem e colocou o seu pendão. Salientemos que Pero Niño, em 1428, recebeu indulgência do Papa Martinho V pela contribuição para a reparação dos muros de Marchena. Alonso de Palencia e Enriquez del Castillo, *Memorias de Don Enrique IV de Castilla*, Contienen la Colección diplomática del mismo Rey. Compuesta y ordenada por la Real Academia de la Historia, tomo II, Madrid, Establecimiento Tipográfico de Fortanet, 1837, p. 5.

aos grandes nobres do reino quando cercava a fortaleza de Albuquerque. A missiva é muito pormenorizada, descrevendo as circunstâncias dos desacatos praticados pelo infante e as tentativas feitas pelo rei para virem à boa paz e poder perdoar, tentativas que tinham os primos como destinatários. Refere a forma como fora convencido que, pessoalmente, lhe seriam entregues as fortalezas e que a fortaleza de Montanches lhe fora entregue, graças a Pero Niño³⁷, mas que tal não acontecera com a de Albuquerque. E que avisara os infantes de que lhes perdoaria se se rendessem, mas que eles não queriam fazê-lo. Pendia também sobre eles a acusação de haverem falsificado um pendão real e de que tinham atacado várias povoações a partir da fortaleza. Impusera-lhes um prazo para a rendição, sendo-lhes restituídos os bens se assim procedessem. Quase todos os envolvidos seriam perdoados, exceptuando alguns nobres que o rei designava na missiva.

O rei abandonou o território da sombria fortaleza de Albuquerque sem a tomar, depois de ter nomeado os fronteiros para algumas povoações capturadas³⁸ e reuniu o Conselho e os procuradores para se decidir o que fazer em relação aos infantes.³⁹ Convocados prelados e cavaleiros, o rei salientou que o infante “*don Enrique, en grant deseruicio de Dios y suyo, seyendo de su linaje y tan cercano a él en debdo, se avía rreuelado en aquel castillo de Alburquerque, y le fazía como enemigo suyo y de sus reynos guerra desde el dicho castillo, y de todas las otras fortalezas que por él estauan*”⁴⁰, pelo que deveria ser-lhe retirado o mestrado de Santiago, com o que todos concordaram. A administração do mestrado passou para D. Álvaro de Luna, engrandecendo mais ainda o seu poder, enquanto se procurava um novo mestre. Esta nomeação, embora temporária, demonstra bem a confiança que El-Rei depositava no condestável. Mas tal atitude de concordância dos nobres e o apoio dado ao monarca era um forte golpe no poder de D. Henrique, além de que passaram para a Coroa os restantes bens que o rei de Navarra e do Infante D. Henrique possuíam em Castela, fazendo-se mercê de alguns territórios a certos nobres da confiança do rei e de D. Álvaro de Luna⁴¹. É salientada a importância desta mudança de situação política e económica no capítulo que trata de “*Cómo fué priuado el ynfante don Enrique, maestro de*

³⁷ Alonso de Palencia e Enriquez del Castillo, *op. cit.*, tomo II, p. 5.

³⁸ Na fronteira com Navarra houve alguns avanços no início de 1430 com a captura da vila de La Guardia por Diego de Stúñiga, bispo de Calahorra, que escreveu ao rei a pedir ajuda. Este enviou-lhe o conde D. Pedro de Destúñiga para socorrê-lo. A iniciativa de tomar a vila fora sem o conhecimento do fronteiro, Pedro de Velasco, que ficou encolerizado quando soube.

³⁹ “*Cómo fue elegido el condestable por gouernador del maestrado de Santiago. Y cómo el Rey hizo sus auctos en Alburquerque contra los ynfantes don Enrique y don Pedro, y contra los que con ellos estauan, y lo que cerca dello se pasó*”. Don Lope Barriente, *Refundición de la Crónica del Halconero*, p. 85.

⁴⁰ Don Lope Barriente, *op. cit.*, p. 85.

⁴¹ Fernan Perez de Guzman, “Crónica del Serenísimo Príncipe Don Juan, segundo rey deste nombre en Castilla y en Leon”, in *Cronicas de los Reyes de Castilla; desde don Alfonso el Sabio, hasta los Católicos don Fernando y doña Isabel*, tomo segundo, p. 479.

*Santiago, del titulo de maestro de Santiago. Y cómo vinieron mensajeros del rrey de Aragón al Rey*⁴².

A cerimónia de despojamento do mestrado envolvia um ritual complexo, em que era imprescindível a comparência dos treze comendadores que sobre tal dispunham de poder, contando com a presença de D. Fernando de Portugal⁴³. Quanto à divisão dos despojos encontra-se descrita no texto “*Cómo allí en Medina el Rey hizo repartimiento de las villas y logares del rrey de Navarra y infantes don Enrrique y don Pedro*”⁴⁴.

E depois que foram cumpridos os trinta dias do prazo dado aos infantes,⁴⁵ porque assim lhe tinham pedido por mercê a rainha e o príncipe seu filho, o rei reservou para si o modo como iria agir contra eles. Chegou D. Fadrique, conde de Luna, filho natural do rei Martinho da Sicília, que era o mais importante senhor do reino de Aragão e que se desentendera com o seu rei, tomando o partido de Castela. D. João II manifestou satisfação pela chegada deste novo aliado⁴⁶.

A rainha também foi contemplada nesta ocasião de benevolência⁴⁷. Assim, o rei fez mercê à rainha D. Maria de Aragão, sua esposa, da vila de Olmedo, que havia sido do rei de Navarra. E ali em Burgos foi justiçado a Sancho Fernández, contador, por querela de Diego Gonçárez Franco, contador-mor de contas e do conselho real, muito chegado a D. Álvaro de Luna.

Praticada a repartição de bens no ano de 1430, o rei teve conhecimento de que o infante D. Pedro saíra de Albuquerque e se dirigia a Alva de Liste, por Portugal. Este castelo pertencia à rainha D. Leonor de Aragão, a qual havia prometido ao rei de Castela entregar-lho, juntamente com os castelos de Montalvão e de Urueña. Além disso, teve notícia de que o infante tinha tomado a fortaleza, deixando-a aprovisionada e com quarenta homens, voltando para Albuquerque, servindo-se, novamente, da passagem franca pelo território português, tornando-se cada vez mais as terras portuguesas um corredor e um santuário para os partidários do rei aragonês.

⁴² Don Lope Barriento, “*Cómo fué priuado el ynfante don Enrrique, maestro de Santiago, del titulo de maestro de Santiago. Y cómo vinieron mensajeros del rrey de Aragón al Rey*, op. cit., p. 111.

⁴³ O rei mandou reunir capítulo em Uclés, onde, conforme uso e costume, era eleito o mestre. E tendo juntamente o prior, o subprior e os treze comendadores, mandaram fazer uma estátua com capa branca e símbolos do mestrado, sentando-a na cadeira do mestre. E disseram que, como o Infante D. Henrique, mestre de Santiago, não havia usado bem nem guardado os estatutos da Ordem, ficava privado do mestrado. E retiraram da estátua todos os seus símbolos, recolhendo cada comentador o seu, e por fim D. Fernando de Portugal apeou a estátua da cadeira. E todos se retiraram.

⁴⁴ Don Lope Barriento, op. cit., p.89.

⁴⁵ Em Fevereiro de 1430.

⁴⁶ Recompensou-o dando Cuéllar e Villalón, que haviam pertencido ao rei de Navarra, tornou-o membro do Conselho e ofereceu-lhe milhão e meio de maravedis. Mais tarde, após a morte do duque de Arjona, seu homônimo, ficou com Arjona e Arjonilla. O monarca castelhano acrescentou também duzentos vassalos e 50 mil maravedis de juro a Moisen García de Sese, porque era muito amigo do dito conde. E tendo passado por Guadalajara, fora muito festejado por Yñigo López, senhor de Hita, que, para dar-lhe maior honra, acompanhá-lo-ia até onde o rei se encontrasse.

⁴⁷ “*De cierto repartimiento de algunas villas de que el Rey hizo merçed a la Reyna su muger y al conde don Fadrique de Luna. Y cóm allí en Burgos se hizo justicia de Sancho Fernández, contador*”. Don Lope Barriento, op. cit., p. 96.

Assim sendo, o rei D. João II de Castela enviou o condestável Álvaro de Luna para avaliar as possibilidades de conquistar o castelo de Alva de Liste, mas este regressou afirmando que só com longo tempo e apetrechos de guerra apropriados tal se poderia efectuar.⁴⁸ As afrontas ao monarca não eram só praticadas pelos nobres,⁴⁹ pois os vizinhos e habitantes de várias povoações também recusavam entregá-las, afirmando desconhecer a origem de tais pretensões.

Portugal e a Paz

A instabilidade interna vivida em Castela continuava. Ainda no mês de Março de 1430, antes de partir para Salamanca, o rei enviara como mensageiros Pero Carrillo, seu falsoeiro-mor, e Alfonso Sánchez, mestre-escola da igreja de Santiago com uma missiva dirigida à rainha D. Leonor, sua sogra, afirmando desejar vê-la para tratar de certos assuntos, agradecendo-lhe que viesse ao seu encontro. Embora os apelos dirigidos a mulheres da família real fossem frequentes em situações de guerra, conforme já vimos, torna-se possível que, neste caso, a finalidade fosse uma tentativa para enfraquecer o poder dos primos de Aragão, ordenando a sua tia, a rainha D. Leonor, que lhe entregasse as fortalezas que possuía no reino de Castela e que fosse encontrar-se com ele em Tordesilhas. A rainha dirigiu-se muito a contragosto ao encontro, mas recusou-se a entregar o castelo de Alba de Liste ou qualquer um dos outros. O rei argumentou que havia algumas desconfianças de que estaria a ajudar os filhos contra ele e que para demonstrar o contrário, ela deveria retirar-se durante uns dias para o Mosteiro de Santa Clara de Tordesilhas. Era uma tentativa do monarca de limitar os apoios dos revoltosos.

Contudo, a rainha de Aragão não estava disposta a entrar para o recolhimento, receando que depois já não pudesse sair, mas acabou por não ter outra opção. Entrou, portanto, para o mosteiro, entregando as suas fortalezas a D. Álvaro de Luna⁵⁰. D. Leonor, vendo que seria enclausurada, despediu-se de suas damas e donzelas, com muita tristeza, murmurando que as encorajava a Deus, pois ela ficaria naquele mosteiro “*donde el Rey mi señor y fijo*”

⁴⁸ “*Cómo el Rey quisiera tomar a Alua de Liste y non pudo. Y cómo tomó a Ledesma, y la entregó a Pedro de Cuniga*”. Don Lope Barriento, *Refundición de la Crónica del Halconero*, p. 90.

⁴⁹ Como o cerco ao castelo de Toro ia ser demorado, o rei acordou que fosse feito por Diego Lopez de Stúñiga, irmão do conde de Ledesma, cujas terras ficavam perto, mas os vizinhos de Ledesma não o quiseram aceitar. De Toro o monarca dirigiu-se a Ledesma, que havia dado a Pedro de Cuniga, e que recusava entregar-se. As conversações tiveram lugar em Fuentes Preadas duraram vários dias, sem resultado. Não quiseram os habitantes cumprir os mandados do rei e entregar a vila e a fortaleza. Retirou-se o monarca para Fuentes Preadas, e chegou de noite, sem ser pressentido, mas negaram-se a abrir - lhe as portas, não lhe concedendo pousada. Arrombadas as portas, o castelo não ofereceu resistência. Os considerados culpados foram presos, e o monarca exerceu a sua justiça, mandando matar os principais regedores, entre os quais estava Garcia de Ledesma, que foi justiçado.

⁵⁰ “*Cómo el Rey envió a Medina del Campo por la reyna doña Leonor, su suegra. Y cómo fue metida en Santa Clara de Tordesilhas*”. Don Lope Barriento, *op. cit.*, p. 91.

*me manda entrar. Yo fio en Dios en su merced que él guardará mi onrra y mi estado, segúnt la rrazón lo quiere; y él que aquí me pone, me sacará*⁵¹. Esta frase terá provocado muitas lágrimas e gritos das damas e donzelas. Assim foi encerrada no mosteiro de Santa Clara de Tordesilhas a rainha D. Leonor, que ali permaneceu durante bastante tempo, prometendo o rei não lhe retirar nenhuma parte das suas rendas, o que cumpriu.

Após uma primavera cheia de encontros diplomáticos e de intensos preparativos para a guerra, Castela estava de novo preparada para a guerra. Reunidos os mantimentos e os homens, D. João II e D. Álvaro de Luna encontraram-se, ultimando os aprestos. Conscientes da situação, os embaixadores dos reis de Aragão, de Navarra e da rainha D. Branca, apressaram-se a ir ao encontro do monarca castelhano, obviamente para tratar de evitar o conflito.

Mas as circunstâncias políticas tinham-se alterado, pois D. João II, graças ao apoio de Álvaro de Luna, apresentava-se numa posição de força perante os primos, pelo que estes desejavam a paz, uma vez que não conseguiam vencer pela guerra. O monarca castelhano também desejava o fim das hostilidades, mas como estava preparado para a luta ficava em melhor posição para negociar. Esta posição só foi possível pela atitude de força resultante dos conselhos de D. Álvaro de Luna, e pela boa direcção das iniciativas bélicas tomadas no ano de 1429 contra os ataques dos reis vizinhos.

As tréguas de Majano (Almajano), obtidas em Junho de 1430, foram directamente resultantes da hábil resposta que D. Álvaro de Luna deu aos embaixadores dos reinos beligerantes, apresentando provas documentais das más intenções do monarca de Aragão. D. Álvaro de Luna refutara as acusações dos embaixadores de Navarra e de Aragão, que culpavam os conselheiros do rei de Castela, nos quais ele se inseria, de aconselharem erradamente o seu senhor e de fazerem más interpretações dos factos ocorridos. O Condestável serviu fielmente os interesses do seu monarca. Ao mesmo tempo, este, devido a intervenção de Portugal, estabeleceu com D. Álvaro de Luna que se desse a D. Leonor de Aragão os seus castelos e rendas, o que assim se fez.

⁵¹ A rainha encontrava-se em Medina del Campo, no mosteiro de Santa Maria, que ela própria havia mandado erigir, quando recebeu o recado do rei de Castela. Mandou dizer que estava doente, pelo que não poderia fazer um percurso tão longo, mas que estaria em Torrecilla del Vale, a duas léguas de Medina.

O rei dirigiu-se a esse local e, tendo chegado primeiro, saiu a recebê-la e levou-a aos seus alojamentos, onde estiveram conversando longo tempo. E ficou combinado que almoçariam juntos em Tordesilhas. No dia seguinte, indo acompanhada por Pero Carrilho e pelo seu companheiro, saiu-lhe ao caminho de Tordesilhas o secretário do rei, Diaz de Toledo, pedindo-lhe em nome do seu senhor que se dirigisse a Santa Clara, onde iriam ouvir missa, ao que a rainha anuiu. Quando chegou a Santa Clara encaminhou-se para a igreja quando recebeu recado de que o rei a esperava no mosteiro. A rainha levantou objecção, pois começava a compreender que queriam prendê-la naquele dia. O próprio rei insistiu para que entrasse, tendo conseguido que fosse comer a casa do mordomo da abadessa e que mais tarde teria a sua resposta ao que perguntava. Com a desculpa de transmitir tal decisão, ficou com ela Pero Carrilho. Disposta a enfrentar a adversidade, D. Leonor respondeu ao rei que se faria como ele mandasse, pedindo-lhe apenas que deixasse ficar com ela uma das suas donas e duas moças para a servirem, com o que o rei concordou, tratando do assunto com a abadessa D. Maria Carrilho. Pela noite, ele próprio a levou até à porta levadiça do mosteiro, e ficaram com ela os dois homens de confiança do rei, até vê-la penetrar na clausura. Don Lope Barrientos, *op. cit.*, p. 93.

Por esta época, o condestável encontrava-se viúvo, pois falecera a irmã de Pedro Puertocarrero. E o rei tratou de casá-lo com D. Joana Pimentel, filha do conde de Benavente, D. Rodrigo Alfonso Pimentel⁵², que era neta do almirante D. Alfonso Enriquez e que estava a ser educada por D. Joana, sua avó, viúva desse almirante. O casamento realizou-se com pompa, e o rei foi o padrinho, sendo a madrinha D. Leonor, esposa do “adelantado” Pedro Manrique, “muy notable dueña”⁵³. Assim no ano de 1431, D. Álvaro de Luna casou com D. Joana de Pimentel, filha do conde de Benavente, D. Rodrigo Alfonso Pimentel. No entanto, como falecera a avó da noiva, D. Joana de Mendoza, viúva do Almirante D. Alfonso Enriquez, e que era tida em grande consideração na Corte, “por eso no hubo lugar de se hacer en las bodas del Condestable las fiestas que se hicieran si esto no aconcierea”⁵⁴.

Neste ano, a vida do príncipe herdeiro foi provavelmente salva por frei Lope de Barrientos⁵⁵, quando o solo começou a mover-se e a sala onde o jovem recebia aulas ameaçava desmantelar-se. O mestre tomou o real discípulo nos braços e correu pela alcáçova para salvá-lo, saindo para o exterior. Tal como o tremor de terra, as conspirações dos nobres estavam presentes e faziam perigar a monarquia e o seu mais tenaz defensor, o condestável de Luna. Também o monarca castelhano aumentara a vigilância em relação a Aragão,⁵⁶ enviando o condestável para a fronteira. Assim a paz com o reino aragonês afigurava-se bem precária e ninguém confiava em que iria manter-se por muito tempo.

No ano de 1431 continuava a guerra em Castela. A nível externo, D. João II precisava de estabilidade para poder resolver os graves problemas que afligiam o reino. Depois de ter tratado das questões financeiras da guerra com Granada dedicou-se a garantir que ficaria no poder no reino granadino alguém que lhe merecesse confiança.

Realmente, tornava-se imperioso que fosse colocado no trono daquele reino o protegido de Castela, o Infante Benalmao, pelo que o “adelantado”

⁵² “Cómo el Rey fue a Palencia, por esperar al conde de Castro, que avía enviado a llamar, y por desposar al condestable con la hija del conde de Benavente”. Don Lope Barriento, *op. cit.*, pp.104-105.

⁵³ Don Lope Barriento, *op. cit.*, p.105.

⁵⁴ Fernan Perez de Guzman, *op. cit.*, tomo segundo, p. 490.

⁵⁵ A 24 de Abril de 1431 houve um abalo telúrico que fez muitos estragos. Encontrava-se o rei no alcazar de Vila Real quando ocorreu o tremor de terra, atingindo especialmente a zona dos aposentos do rei. Caíram as ameias, soltaram-se as telhas, fenderam-se as paredes. Outros lugares do reino foram igualmente atingidos. Madrid, onde ficara o príncipe, foi um deles.

⁵⁶ Tal fora o caso do donzel García Vanegas, el chive, donzel e privado d’el rei, preso às ordens do condestável “por sospecha que ouvo que este García Vanegas non boluiiese a la priuança del rei”. Don Lope Barriento, *op. cit.*, p.115. O rei enviou “á gran priesa” o Doutor Fernando Diaz de Toledo, seu relator e referendário a Córdova para que prendesse Egas Venegas, senhor de Luque e à família, incluindo o seu irmão, o comendador, porque haviam dito ao rei que eles estavam a conspirar contra o monarca e a preparar um golpe contra D. Álvaro de Luna. Assim, por ordem do rei, o relator fez prender García Vanegas, *el Chive*, que tinha sido donzel e privado do monarca, e foi o condestável a prendê-lo e aos filhos. Fernando Diaz de Toledo foi a Córdova, onde falou com Álvaro de Luna para que se precavesse e que prendesse os acusados, o que ele fez. Foi feita uma investigação para saber da verdade das acusações mas nada ficou provado, pelo que foram de novo soltos. Fernan Perez de Guzman, *op. cit.*, tomo segundo, p. 494.

Diego de Ribera foi designado para ir ajudá-lo. As investidas praticadas por Castela em terra muçulmana foram várias, e também nestas actividades adequadas à época, participou o rei, que esteve no cerco de Granada. Mas no “real” castelhano havia vários desentendimentos entre as diferentes facções dos grandes nobres. Muitos, na ânsia de sobressaírem por façanhas guerreiras, colocavam-se a si e aos outros em grave risco. O condestável procurava acalmar os ânimos e manter a boa harmonia, mas tão ingrata tarefa valeu-lhe mais alguns inimigos, pelo que, quando tiveram de regressar sem haverem tomado Granada, ele foi um dos acusados de serem causadores da indefinição dos resultados, causada, ao que se dizia, pelo brilho do ouro muçulmano que ofuscara os olhos dos cristãos. Nestas circunstâncias, houve alarde e derramou-se a gente⁵⁷. Durante o período da campanha granadina, passaram para o lado de Castela vários cavaleiros mouros, trazendo consigo cerca de quinhentos cavalos. Entre eles encontrava-se o infante Abenalmao, a quem o monarca castelhano fez rei de Granada, um seu irmão, Gelfayre, o alcaide de Baça e outros importantes cavaleiros. Dirigiu-se o rei de Castela para Córdova, onde foi recebido com solene procissão, “*por la buena ventura que Dios le auia dado, así por el muy grand daño que avia fecho en la tirra de los moros, como por el vençimiento de la vattala que com ellos auía auido*”⁵⁸.

Esta frente de batalha, que demorava a ser resolvida, levou a que o rei mandasse chamar os procurados para reunir cortes em Outubro de 1431, pois tornava-se necessário prepararem-se para a continuação da guerra. Em Setembro desse ano, o monarca castelhano foi para Medina del Campo⁵⁹, onde tratou dos assuntos de seu serviço, principalmente no que respeitava à pacificação e organização dos seus reinos através das Cortes, referenciando-se igualmente a paz com Portugal e a guerra com Granada. Estes assuntos eram essenciais, pois as relações com Aragão continuavam a não ser das melhores. Nas Cortes esteve presente o embaixador do rei de Aragão, Micer Simon del Puy, para apresentar certas queixas pelo não cumprimento por Castela de algumas cláusulas das tréguas.

O monarca castelhano não podia descansar enquanto não submetesse os que o desafiavam, e foi em pessoa prender o “adelantado” da Galiza, Diego Sarmento “*cauallero traieso e non queria cumplir sus cartas y mandamientos*”.⁶⁰ Este procurou fugir, mas sem resultado, acabando por ser

⁵⁷ Entre os motivos apontados para a discordia entre o condestável e os grandes nobres, circulou também o rumor de que o condestável recebera um presente de passas e figos cheio de moedas de ouro para que partisse. Na realidade, o rei mouro não enviava os seus exércitos para combater, o que levou ao regresso a Castela de D. João II para preparar o ano seguinte, deixando ali os seus fronteiros.

⁵⁸ Don Lope Barriente, *op. cit.*, p. 123.

⁵⁹ No ano de 1431, em Medina del Campo, os procuradores acordaram em dar 45 contos de maravedis para a guerra do ano seguinte, e o rei decidiu arrendar as tercias e alcavalas (imposto pago sobre alguns géneros, carnes, por exemplo) do reino por três anos para obter dinheiro.

⁶⁰ Don Lope Barriente, *op. cit.*, p. 125.

detido.⁶¹ Outro grande fidalgo em situação delicada era o conde de Castro, a quem o rei pusera um processo por desobediência e que não aparecia aos juizes para ser julgado, sendo em Novembro considerado culpado à revelia.

Esta guerra aberta contra a grande nobreza castelhana não permitia ao monarca entrar em guerra com Portugal, pelo contrário, era do seu interesse ter o apoio do monarca português. Praticamente grassava uma guerra civil em Castela onde os poderosos se dividiam em dois importantes grupos, por um lado, os que mantinham a sua fidelidade ao rei, por outro, os que preferiam os Infantes de Aragão.

Como vimos, as relações entre Portugal e Castela tinham atingido um certo grau de estabilidade e concórdia a partir do primeiro tratado provisório de paz, celebrado em 1411, e que Portugal pretendera ver substituído por outro definitivo. Em 1418, com esse intuito seguiram para Castela os enviados portugueses João Gomes da Silva, Martim Docem e Fernão Gonçalves Beliago, para solicitarem a D. João II de Castela a ratificação daquele tratado. Mas, nessa ocasião, com a desculpa de que o monarca castelhano não atingira ainda a sua maioridade política, e que, portanto, não estava apto a orientar um assunto de tão grande monta, os embaixadores portugueses regressaram sem terem resolvido a questão. No ano seguinte, repetiu-se a embaixada e desta vez o monarca castelhano respondeu que, oportunamente, resolveria.

Com a maioridade do rei, a luta pelo domínio do aparelho político, isto é, pelo domínio sobre o espírito do jovem rei D. João II, consubstanciara-se no grupo dos “Infantes de Aragão”, D. João e D. Henrique, primos do monarca e filhos de D. Fernando I de Aragão, “El de Antequera”, que morrera no ano de 1416, deixando-os senhores de extensas terras no reino de Castela. O antagonismo entre os dois “infantes” e entre estes e o rei castelhano levou às lutas que tiveram lugar entre 1419 e 1427 e que envolveram os reinos peninsulares. A Castela pareceu conveniente ter uma paz firme com Portugal, no momento em que defrontava os problemas internos e as ambições dos primos de Aragão, pelo que se iniciaram as negociações que haviam sido interrompidas e que haviam originado o tratado de 30 de Abril de 1423. Este período de paz deveria estender-se até Março de 1434, data em que seria reconfirmado e apresentada nova prorrogação. Algumas tentativas tiveram lugar, da iniciativa de ambas as partes interessadas, o que levou, por fim, à assinatura das pazes perpétuas de 30 de Outubro de 1431 em Medina del Campo. Portugal passou a procurar seguir de uma forma mais atenta a actuação em território português dos grupos rivais de Castela, e, pela sua situação privilegiada de

⁶¹ Constava que andava em conversações secretas com os Infantes D. Pedro e D. Henrique. O rei enviou o condestável por outro caminho para o cercarem em Mucientes e não poder fugir. Mas ele não permanecera onde julgavam. No entanto, o condestável conseguiu encontrá-lo e aprisioná-lo. O rei colocou-lhe um processo que o deu como culpado, pelo que esteve dois anos preso. Foi libertado a pedido do seu tio, o conde de Ledesma.

ligações familiares estreitas com Aragão, poderia servir de intermediário nos casos de desentendimento entre Castela e aquele reino, o que também favorecia D. João II de Castela.

Conclusão

Apresentámos resumidamente como os princípios directores do governo dos reinos ibéricos se encontravam interligados desde o início do século XV. Ambições de política interna e externa digladiavam-se no tabuleiro do poder. Portugal, Castela, Aragão, Navarra e Granada intercalavam guerra com acordos diplomáticos e manobravam indirectamente a política interna dos reinos vizinhos, apoiando uma facção ou outra, conforme a que melhor defendesse os seus interesses.

Exemplo disto foi o início do reinado de D. João II de Castela, quando D. Catarina, enquanto regente, abriu o caminho para as alianças com Portugal, como forma de contrabalançar a ameaça interna representada por D. Fernando e mais tarde, com maior ou menor força, a mesma política foi seguida por Álvaro de Luna, em nome de D. João II, mas agora para fazer frente ao poderoso grupo dos Infantes de Aragão. A guerra interna castelhana, que durou todo o ano de 1429 e entrou no ano seguinte, levou à necessidade de concentração de esforços e limitava as frentes de batalha, o que foi benéfico para as pretensões de *Paz Perpétua* de Portugal.

Os tempos eram de mudança, o século XV assistiu à passagem de um período de guerra constante entre os reinos peninsulares, para um período de vigilância mútua, até que, finalmente, veio a Paz, benéfica para todos. O tratado de paz perpétua assinado entre Castela e Portugal, em 1431, embora, como quase sempre, paz apenas temporária, transformou um inimigo externo num aliado forte, apaziguador dos conflitos internos. Assim, não só se atenuava uma questão de política internacional castelhana, com a França e a Inglaterra desejosas de intervirem, mas também enfraquecia um problema interno, pois, a partir desta data os infantes de Aragão não podiam continuar a apoiar-se, como até então, no território português.

Após a Paz, o rei de Portugal procurou impedir de forma mais efectiva o abastecimento ou a passagem de cavalos, gados e homens de armas efectuados pelos filhos de D. Fernando no seu território, pois não desejava que qualquer divergência pudesse colocar em perigo o accordado nas Pazes, pelas quais durante tantos anos pugnara.

Para Portugal, o Tratado de Paz servia para assegurar a tranquilidade no espaço nacional e a possibilidade de encaminhar todo o esforço militar do reino para outras façanhas, mas agora para além do mar, onde Portugal sentia encontrar-se o seu destino. É evidente que seria o abrir de novas fronteiras e de novos motivos para hostilidades, que conduziriam a outros tratados.